Folha do Professor
ESPECIAL SAÚDE
SINPRO DF Filiado: CUT CNTE
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL
Informativo do Sindicato dos Professores no DF - Ano XXV - Nº 209 - Julho de 2021
www.sinprodf.org.br

A importância da saúde

Sebastien Bozon/AFP

A existência do SUS evitou que uma tragédia ainda maior tivesse acontecido no país com a pandemia da Covid-19.

A Saúde ocupa um lugar muito importante entre as principais preocupações dos brasileiros. E não poderia ser diferente: quando a saúde do cidadão ou cidadã está comprometida, seu trabalho, sua educação, seu lazer, seu transporte, tudo se compromete também.

Pesquisa do Instituto DataSenado de fevereiro de 2021 apontou que a Saúde é a maior preocupação de 45% dos brasileiros. Foram 17 pontos percentuais a mais que na pesquisa do ano anterior, e o maior índice desde 2012.

Mais recentemente, em maio deste ano, a pesquisa Saúde Brasil, realizada pelo Centro de Pesquisa em Comunicação Política e Saúde Pública da Universidade de Brasília (CPS/UnB) e pelo IBPAD (Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados), mostrou que 31% dos brasileiros considera a Saúde o principal problema do Brasil, atrás, somente, da corrupção (33%). Como segunda citação, a Saúde apareceu como maior problema para 21%.

Claro que no contexto de pandemia, ainda mais sob um governo genocida que gera medo, desamparo e apreensão, a preocupação se acentua. A pesquisa Saúde Brasil também levantou que 86% das pessoas conhecem alguém que já morreu de coronavírus, o que mostra o alcance devastador que a Covid-19 teve no Brasil.

Os dados deixam explícito que a Saúde seria, naturalmente, uma grande preocupação, porém, diante das incertezas e do abandono ao qual a população ficou relegada justamente num dos momentos mais trágicos da nossa história, o acesso à Saúde se torna uma prioridade inegociável.

Nesta edição especial da Folha do Professor, apresentaremos um resgate histórico da construção do SUS (Sistema Único de Saúde) e da luta da categoria para que o GDF oferecesse um plano de saúde autogestionado para seus servidores e servidoras. Aqui também você conhecerá mais as características e condições do GDF Saúde, produto dessa luta de décadas.

A defesa do SUS é fundamental!

Embora o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro seja reconhecidamente um dos maiores e melhores do mundo, ele vive sob constantes ataques, falta de investimento e tentativas de desmonte. O discurso de desqualificação do SUS, patrocinado por setores privatistas, cuja riqueza vem de subtrair o Estado e cassar direitos da população, busca deslegitimá-lo para privilegiar empresários da Saúde e a oferta desta como mercadoria disponível para quem pode pagar.

O SUS é resultado da elaboração e da luta do movimento sanitarista, que inclui profissionais, pesquisadores e estudiosos da saúde, bem como lideranças comunitárias. Ele se materializou a partir da Constituição de 1988, que assegura o direito à saúde a todos os brasileiros e cria o sistema único a fim de oferecer a todo cidadão brasileiro acesso integral, universal e gratuito a serviços de saúde.

Muito além de atendimentos de emergência, consultas, exames, internações, cirurgias, o SUS também promove campanhas de vacinação e ações de prevenção de vigilância sanitária, como fiscalização de alimentos e registro de medicamentos. Na concepção do SUS, está o princípio de que saúde não se resume à "não doença", trazendo para dentro do sistema práticas de promoção da saúde e prevenção de enfermidades. Nenhuma rede privada parte do mesmo conceito.

Defender o SUS é defender o direito de todos os brasileiros à Saúde.

A existência do SUS evitou que uma tragédia ainda maior tivesse acontecido no país com a pandemia da Covid-19. A despeito da orientação negacionista e irresponsável do Governo Federal, os trabalhadores e trabalhadoras do SUS atuaram e atuam como verdadeiros heróis e heroínas no combate à pandemia. O atendimento gratuito universal, espalhado pelo território, certamente salvou muitas vidas; e a experiência de nosso Programa Nacional de Imunização, referência internacional, viabilizou os caminhos para a vacinação da população, mesmo com todo o boicote de Bolsonaro e seus comparsas.

Nos EUA, poderosa potência mundial e país com maior número absoluto de mortes pela Covid-19 até agora, a população sentiu na pele o efeito devastador de não contar com um sistema público de saúde. Lá, cada uma das 50 unidades federativas tem o próprio sistema, pouco conectados entre si. Dentro de cada um deles, o principal operador é o mercado, que atua com pouca regulação.

Os custos de consulta ou de pronto-socorro são altos, e, em caso de internação, podem chegar a milhares de dólares por dia. Não há garantia de atendimento nem disponibilidade igualitária no território. De acordo com o censo estadunidense, quase 30 milhões de pessoas não têm seguro-saúde (no Brasil, esse número chega a 150 milhões, segundo o IBGE); outros 60 milhões são considerados "subsegurados".

Na Europa, onde boa parte dos países teve facilidade para adquirir as vacinas, a distribuição das doses foi um grande problema, já que a ausência de uma rede pública e da garantia da atenção básica (postos de saúde) dificultou muito o processo de imunização.

Todas essas informações mostram a importância do SUS, e o avanço que sua existência representa. Por isso, é fundamental que sigamos defendendo-o, e aos princípios que o conceberam, para que, efetivamente, o direito à Saúde possa ser plenamente exercido por todos e todas.

GDF saúde e a luta do Magistério

Desde os anos 90, professores(as) e orientadores(as) educacionais do Distrito Federal têm como reivindicação a criação de um plano de saúde para os servidores e servidoras do Governo do DF, concomitante à defesa do SUS e do fortalecimento da saúde pública. Foi na greve realizada em 2005 que a primeira vitória foi alcançada: no acordo para encerrar o movimento, o GDF acatou proposta da assembleia geral da categoria de encaminhar um projeto de lei que viabilizasse a criação do plano de saúde dos servidores.

A discussão em torno do tema culmina com a criação do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF, o INAS, pela lei 3.831, sancionada em 14 de março de 2006, pelo então governador Joaquim Roriz. Porém, como em tantos outros assuntos, o instituto não saiu do papel. Ao longo do governo de José Roberto Arruda nada avançou, e a criação do plano se manteve como reivindicação central em todas as pautas de lutas do Magistério.

A greve de 2012 deu mais um importante passo nessa direção. Aos 40 dias de paralisação, o governo apresentou a proposta de pagar um auxílio-saúde no valor de R$110,00 aos trabalhadores e trabalhadoras da Educação da ativa. A proposição foi rejeitada pela categoria. Duas semanas depois, já acumulando 52 dias de greve, o GDF reformulou sua proposta. O valor do auxílio-saúde seria de R$200,00, e ele seria pago a professores(as) e orientadores(as) educacionais efetivos e temporários, da ativa e aposentados, até a criação do plano de saúde dos servidores do GDF.

A proposta foi aceita e se materializou na lei 4.862/2012. Porém, depois disso, mais uma vez, o assunto ficou estagnado sob o governo de Rodrigo Rollemberg.

Em 2019, o Sinpro encaminhou a plataforma de lutas da categoria tendo o plano de saúde como ponto central. Assim, o atual governador, Ibaneis Rocha, iniciou os estudos para a implementação. Alguns chamamentos foram realizados, sem, de fato, dar sequência ao processo. Somente em outubro de 2020, o GDF anunciou que o plano de saúde seria criado e implementado sem a intermediação de empresas do setor privado. Em novembro, teve início o processo de adesão dos servidores ao novo plano, e em dezembro, começou o cadastro dos servidores da Secretaria de Educação (SEE-DF).

Como se vê, a conquista de um plano de saúde para os servidores e servidoras do GDF - o GDF Saúde - tem muito da luta dos profissionais da Educação. Portanto, temos disposição e responsabilidade para monitorar sua implementação e contribuir com o INAS a partir de seu conselho gestor.

A greve de 2012 garantiu a criação do seguro-saúde de R$200,00 para a categoria.

Reivindicações para avançar

Dentro das configurações atuais do GDF Saúde, o Sinpro-DF tem apresentado as reivindicações da categoria para aprimorar o plano, de modo que ele melhor atenda os servidores e servidoras do Distrito Federal.

- Qualificar e ampliar a rede credenciada;
- Oferta de atendimento de emergência fora do DF;
- Redução da mensalidade no sistema coparticipação;
- Equalizar os valores pagos por dependentes de ativos e aposentados;
- Agilidade na autorização dos procedimentos;
- Portabilidade;
- Extrato detalhado das coparticipações.

O Conselho Gestor do INAS, que ainda não foi instituído, contará com a participação de 8 integrantes indicados pelo governo e 7 indicados pelos trabalhadores. O Sinpro-DF fez sua indicação e aguarda a efetiva criação do conselho, que será um espaço importante para a defesa de nossas reivindicações.

Características do GDF saúde
(abrangência, carências, coparticipação, rede credenciada)

O GDF Saúde é o plano de saúde dos servidores e servidoras públicos do Distrito Federal, autogestionado. Ele não tem fins lucrativos, atua na modalidade de coparticipação e está desvinculado das regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O plano conta com subsídio do GDF, que corresponde a 1,5% do valor total da folha de pagamento, e com o financiamento de seus próprios beneficiários, por meio do pagamento de mensalidades por titulares e dependentes. Sua gestão e administração são inteiramente conduzidas pelo INAS.

Os beneficiários titulares do GDF Saúde são os(as) servidores(as) públicos(as) do DF, sejam eles efetivos ou temporários. Os beneficiários dependentes podem ser seus/suas cônjuges; filhos até 21 anos, filhos inválidos, filhos estudantes universitários até 24 anos, enteados, pensionistas (enquanto mantida essa condição) e menores de idade que estejam sob guarda do(a) titular. Atualmente, o GDF Saúde conta com a adesão de 14.296 beneficiários.

O plano é regional, ou seja, oferece atendimento (enfermaria, hospitalar com obstetrícia, consultas e exames eletivos) apenas no DF. A rede credenciada pode ser consultada no site do INAS. O atendimento de urgência e emergência é garantido 24 horas depois de o GDF Saúde aceitar a adesão do servidor ou servidora. Para os procedimentos eletivos, devem ser observados os prazos de carência, a saber: 24 horas para atendimento de urgência e emergência; de 60 dias para consultas; de 90 dias para exames complementares; de 300 dias (cerca de dez meses) para parto a termo; e de 180 dias (cerca de seis meses) para demais casos.

Segundo a portaria nº 14 publicada no Diário Oficial do DF em 19 de julho, haverá prazos especiais de carência para aqueles e aquelas que fizerem a adesão até 31 de agosto: 24 horas para atendimentos de urgência e emergência e 60 dias para todos os demais procedimentos.

Atendimento INAS

- Central de Atendimento: **(61) 3521-5331**
- E-mail: **adesao@inas.df.gov.br**
- Site: **https://www.inas.df.gov.br/**

Valores de mensalidade

TITULAR DA ATIVA
4% ou mínimo de R$400,00 e máximo de R$1.000,00

Dependente de titular da ativa
1% ou mínimo de R$200,00 e máximo de R$300,00

TITULAR APOSENTADO
4% ou mínimo de R$400,00 e máximo de R$1.000,00

Dependente de titular aposentado
1% ou mínimo de R$400,00

A cobrança será feita por desconto em folha de pagamento.

Caso haja algum motivo que impeça esse desconto, o pagamento poderá ser efetuado por débito automático ou boleto bancário.

Acesse o QR Code abaixo para ver a **tabela de referência**

Acesse o QR Code abaixo para ver a **rede credenciada**

Valores de coparticipação

Atendimento ambulatorial em geral - 30%
Exames, consultas eletivas, atendimento hospitalar até 12 horas.
- Cada procedimento é considerado um evento.

Atendimento hospitalar - 5%
Internações (atendimento a partir de 12 horas)
- A partir daí, os procedimentos são considerados um evento único. ***Exemplo:*** o paciente se internou, passou por cirurgia, ficou um período longo na UTI. A somatória dos procedimentos é considerada um evento único. Se a conta do hospital for R$ 150.000,00, aplica-se o percentual de 5%, chegando-se ao valor de R$ 7.500,00. Mas o usuário só pode ser cobrado até um teto de R$ 5.000,00. Portanto, o valor final a ser pago é de R$ 5.000,00.

Atendimento ambulatorial de quimioterapia, radioterapia ou terapia renal substitutiva - 5%
- Percentual aplicado por evento.

Assistência em psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional ambulatorial - 50%
- Percentual aplicado por evento.

Valor máximo a ser cobrado do usuário por evento:
R$ 5.000,00

Valor máximo a ser cobrado do usuário no ano civil:
R$ 15.000,00

O pagamento da coparticipação será efetuado em parcelas de, no mínimo, R$ 200,00, e que corresponda a, no máximo, 10% da remuneração bruta do usuário ou usuária, até a quitação total do débito.

Só a saúde de todos garante a saúde de cada um

Uma das duras lições deixadas pela pandemia da Covid-19 foi de que a saúde de um só pode ser garantida se for assegurada a saúde de todos. Ou seja, o compromisso com a saúde não é individual, mas coletivo.

É preciso uma sociedade saudável, que possa criar e manter indivíduos saudáveis. Sendo assim, a luta em defesa do SUS, pela noção da Saúde como direito de todos e todas, e pela universalização do acesso aos serviços de Saúde ganha ainda mais importância! Isso significa assegurar, também, saneamento básico; que a água seja tratada como bem público; políticas de prevenção a doenças; e promoção de uma vida saudável, com acesso a esportes, lazer e cultura.

O acesso a serviços de saúde, para além do atendimento médico - como psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, e muitos outros -, não pode ser um privilégio, mas sim, um direito de todos e todas. O cuidado com o meio-ambiente tem que ser um compromisso inquestionável.

Somente assim gozaremos de saúde e bem-estar, e estaremos preparados(as) para enfrentar epidemias e outros males que venham a atingir nosso povo.

SINPRO de olho GDF saúde

O plano de saúde para os servidores(as) era uma reivindicação histórica da nossa categoria. Portanto, o Sinpro-DF seguirá na luta para que ele atenda às necessidades dos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais do DF.

Pensando nisso, o sindicato criou um canal para possibilitar que professoras/es e orientadoras/es educacionais filiados enviem reclamações, sugestões e dúvidas sobre o plano de saúde dos servidores públicos do GDF. Trata-se do De Olho no GDF Saúde. Para acessá-lo, basta clicar no link https://bit.ly/3bD6mRv ou salvar o número (61) 99991-0687 na agenda do celular. O atendimento é realizado das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira.

Folha do Professor

Sinpro-DF(sede):
SIG , Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
E-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa:
Cleber Ribeiro Soares ,
Samuel Fernandes
e Letícia Montandon (Coordenadora)

Edição: Alessandra Terribili
Jornalistas: Alessandra Terribili, Carla Lisboa, Luis Ricardo Machado, Ribamar Martins e Vanessa Galassi

Diagramação:
Samuel de Paula

Tiragem: 45.000 exemplares